

Ninguém solta a mão de ninguém!

Plenária de Rio Preto aponta medidas de resistência e enfrentamento às turbulências da conjuntura política

O campus de São José do Rio Preto sediou mais uma Plenária Estadual da Adunesp. Foi no dia 7/11/2018, com representantes do campus anfitrião, Marília, São Vicente, Bauru, Rio Claro e Ilha Solteira. A conjuntura política atual e a organização da resistência foram os temas iniciais.

O resultado das eleições de 2018, com Jair Bolsonaro na presidência da República e João Dória no governo do Estado de São Paulo, coloca de imediato algumas questões para o país, e para as universidades públicas, que foram consideradas nas discussões e deliberações da Plenária. Ambos têm defendido, de diferentes formas, propostas de transformação das universidades em instituições de caráter privado, inclusive aventando a possibilidade de acabar com a gratuidade do ensino superior público e de diminuir drasticamente os recursos estatais a elas destinados, além de defenderem explicitamente o projeto “Escola sem Partido”. Isso tudo é agravado com a perspectiva de uma reforma da Previdência ainda mais draconiana do que a proposta pelo governo Temer, e da quase criminalização da atividade dos/as docentes, contra os/as quais ambos parecem estar decididos a abrir uma verdadeira temporada de caça.

Nesse cenário, a universidade pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada passa a ser considerada uma entidade indesejável, que subverte os valores cívicos, morais e educacionais desses senhores e dos seus apoiadores, devendo passar por uma completa assepsia e se colocar no lugar que lhe cabe na ordem que passará a vigorar quando estiverem no poder.

Embora desautorizados pelo Supremo Tribunal Federal, os últimos acontecimentos envolvendo ataques às universidades públicas, perpetrados por agentes estatais, em alguns casos com respaldo judicial, bem como um grande número de ações com maior ou menor grau de violência, praticadas contra vários segmentos da comunidade acadêmica brasileira, recomendam que tomemos medidas para salvaguardar nosso ambiente de trabalho e preservar nossas universidades, que são patrimônio do povo brasileiro. Para esses fins, a Plenária deliberou, por unanimidade dos presentes, que cabem à Adunesp Central algumas medidas imediatas para enfrentar os “novos” tempos já iniciados. São elas:

- Distribuir uma cartilha com informações sobre a legislação que rege o trabalho docente em sala de aula e o texto da decisão da ministra Cármen Lúcia, do STF, emitida em 27/10. A cartilha está em produção e será trabalhada de forma unificada pelo Andes – Sindicato Nacional;

- Disponibilizar um formulário *online* de denúncia de assédio moral e solicitação de apoio à Adunesp. Está em elaboração pela



Assessoria Jurídica da Adunesp e será divulgada em breve.

A Plenária apontou, ainda, outras importantes iniciativas que podem ser tomadas pelas subseções e representantes de base da Adunesp. Evidentemente, cada um deve avaliar, juntamente com a sua base, qual deve ser o caminho a ser percorrido

dentro e fora do seu *campus*, sempre no intuito de estabelecer uma rede de solidariedade e de fazer com que a sociedade perceba a importância da Universidade, por meio de todo tipo de interação que possamos estabelecer com ela. As iniciativas são:

- Buscar a aproximação, no interior dos *campi*, com os segmentos de servidores técnico-administrativos e de estudantes, com os coletivos identitários (movimento negro, feminista, LGBT), com a finalidade de se discutir e eleger pautas comuns que dizem respeito às questões internas à Universidade e àquelas mais gerais, que também poderão ser levadas para fora, como é o caso da reforma da Previdência e a seguridade social;

- Fazer contatos com sindicatos, movimentos sociais e associações de bairro locais, com o objetivo de promover eventos comuns, cursos, mesas redondas e demais atividades que possam dar visibilidade à importância do trabalho desenvolvido na Universidade, bem como para estabelecer um diálogo com a sociedade e construir conjuntamente uma compreensão mais profunda do momento político que estamos atravessando, incorporando os saberes acadêmicos e não acadêmicos na elaboração de formas de superação das nossas adversidades.

Além dos/as docentes que ministram suas aulas em disciplinas da área das ciências humanas, a Plenária também se preocupou com aqueles colegas cujo trabalho de pesquisa e/ou extensão tem por objeto movimentos sociais. Esses últimos devem ter garantida e preservada a sua liberdade de cátedra, bem como a prerrogativa de continuar atuando como qualquer outro/a docente, preservada a escolha do objeto de estudo, ou dos/as beneficiários/as do seu trabalho de extensão.

A Plenária da Adunesp deliberou por cobrar da administração superior da Unesp o compromisso de que se abstenha de punir professores por motivos ideológicos e que respalde a apuração de situações de assédio moral.

Por fim, as diretorias das subseções da Adunesp foram instadas a procurar os Ministérios Públicos das cidades em que se encontram, com o objetivo de propor a abertura de um canal para a apuração de eventuais denúncias envolvendo incidentes re-

lacionados à prática da atividade docente na Unesp. A Diretoria da Adunesp Central foi incumbida de propor que as lideranças sindicais e estudantis que compõem o Fórum das Seis também procurem o Ministério Público estadual para fazer o mesmo.

Conjuntura e reformas na Unesp

Os presentes na Plenária da Adunesp em Rio Preto situaram o pacote de reformas proposto pela Reitoria da Unesp na conjuntura política mais ampla. Foi consensual a análise de que o cenário que emerge das eleições a presidente da República e ao governo paulista aponta para a Unesp, a USP, a Unicamp e o Centro Paula Souza a perspectiva de agravamento das condições de financiamento e a precarização crescente nas condições de trabalho de servidores docentes e técnico-administrativos.

Ao contrário do que apregoa a atual administração da Unesp, o pacote de reformas proposto não subsidia a instituição a navegar por estes mares tão turbulentos. Ao contrário, fortalece a política que saiu vencedora das urnas, de desconstrução da universidade pública. Caso implementadas como propõe a Reitoria da Unesp, as reformas Financeira, Administrativa e Acadêmica mudarão significativamente o organograma de funcionamento e o caráter da nossa Universidade, conferindo a ela características similares às de uma empresa privada, em que a liberdade de cátedra e de produção de conhecimento, com vistas à formação de pessoas com pensamento crítico, não tem nenhuma garantia.

Os presentes à Plenária de Rio Preto reafirmaram o chamado à Reitoria da Unesp para que, inspirada na manifestação aprovada na última reunião do nosso Conselho Universitário, em defesa da democracia, faça a lição de casa submetendo suas propostas de reformas a uma discussão ampla com a comunidade.

Após a Plenária de Marília, realizada em 17/10, a Adunesp encaminhou ofícios a todos os diretores de unidades e chefias de departamento, conclamando-os a realizar discussões amplas sobre as reformas nas instâncias locais (Congregações, Conselhos Departamentais e de Cursos etc.), pautando o documento da Adunesp sobre a reforma acadêmica e retomando as propostas do relatório CEPE/CADE (*ambos disponíveis no site da Adunesp*);

A Plenária de Rio Preto reafirmou a decisão de solicitar a todas as instâncias colegiadas que considerem como prioritária a discussão do subquadro da reitoria, das diárias corridas e das bolsas de pesquisa do estafe reitoral, antecedendo qualquer proposta de reforma administrativa dos *campi*.

Por fim, os presentes à Plenária de Rio Preto aprovaram o indicativo de que as subseções e representantes de base da Adunesp promovam debates locais sobre as reformas, convidando docentes e servidores envolvidos com o tema para tratar do assunto.

Professor itinerante e PAADES = precarização

A Plenária de Rio Preto voltou a discutir as medidas paliativas criadas pela Reitoria para contornar a falta de professores, classificando-as como parte da proposta de reforma acadêmica.

O Programa de Aperfeiçoamento e Apoio à Docência no Ensino Superior (PAADES), das Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação da Unesp, ao que tudo indica está sendo utilizada para este fim. A informação é que cerca de 380 pós-graduandos dariam aulas na graduação em 2019 na qualidade de bolsistas, com “salários” de R\$ 700,00. Eles substituiriam quase que integralmente os já precarizados professores substitutos. Embora considere importante que a Universidade crie espaços para o enriquecimento da formação de seus pós-graduandos, a Adunesp alerta para a transformação dessa possibilidade em mais uma forma de trabalho docente precarizado e aviltado salarialmente.

Outra “saída”, criada pela Pró-Reitoria de Graduação, é a criação do Programa de Mobilidade Docente na Graduação já para o ano letivo de 2019. Pelo programa, professores são estimulados a ministrar disciplinas de sua especialidade em outros cursos de graduação da Unesp e fora de sua cidade de atuação. A contrapartida financeira é um “auxílio” de R\$ 5 mil para cada bloco de 60 horas/aula, com limite de 120 horas/aula por semestre. A medida é preocupante e, ao mesmo tempo, contraditória. Se há falta de docentes na Unesp, como tirar alguém do seu campus para ministrar aulas em outro campus? Isto certamente terá impacto nas atividades de pesquisa, extensão e orientação e gestão no campus de origem. E como esse campus poderá solicitar contratações futuras, se possui docentes saindo para dar aulas em outras unidades?

Data-base 2018: Cruesp não honra palavra

O Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp o agendamento de uma reunião para debater o crescimento na arrecadação do ICMS e as possibilidades de aplicação deste excedente, considerando o arrocho nos salários, a necessidade de contratações, retomada das carreiras, permanência estudantil e outros. O compromisso de realizar a reunião foi celebrado na última reunião entre as partes, no dia 13/6.

“Esquecendo” a palavra empenhada formalmente, no entanto, os reitores recusam-se a agendar a reunião. Em ofício enviado ao Fórum das Seis em 5/11, afirmam que as universidades não contam com excedentes financeiros. “pois aumentos pontuais recentes na arrecadação do ICMS tão somente diminuem os déficits orçamentários” existentes. O ofício lembra, ainda, que a Unesp não dispõe de “recursos suficientes para o pagamento do 13º salário.”

Ocorre que não se trata de “aumentos pontuais recentes”. Dados do portal da Secretaria da Fazenda mostram que a arrecadação do ICMS de setembro/2018 foi 5,95% maior que a de setembro/2017. Esses resultados já consolidados atestam que no período de janeiro-setembro/2018 a arrecadação do ICMS cresceu 7,08% em relação a janeiro-setembro/2017.

A arrecadação do ICMS mês a mês no ano de 2018 têm se aproximado cada vez mais das projeções de crescimento feitas pelo Fórum das Seis e se afastado cada vez mais das estimativas excessivamente conservadoras das assessorias econômicas dos reitores. Dos R\$ 99,6 bilhões previstos pela Secretaria da Fazenda inicialmente (em que os técnicos se basearam para elaborar os orçamentos das três universidades), a previsão saltou agora para R\$ 100,2 bilhões (o que ainda está aquém do projetado pelo Fórum).

LDO 2019

O Fórum das Seis realizou mais um ato regional por mais recursos para as universidades na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019). Depois de Marília e Araraquara, foi a vez da Câmara de Vereadores de Campinas aprovar uma moção de apoio às nossas reivindicações de mais recursos para a educação pública paulista.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019) elaborado pelo governador e em tramitação na Assembleia Legislativa de SP (Alesp), reivindicando mais verbas para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Tradicionalmente, a LDO é aprovada até o final de junho ou, mais tardar, no início de julho, precedendo o recesso parlamentar. No entanto, neste ano, as disputas ao governo estadual (Doria X França) paralisaram a Alesp. A expectativa é que a LDO-2019 seja votada nas próximas semanas.